

PRE/RJ: Tribunal mantém cassação de vereador de Angra dos Reis (RJ)

Gedai de Oliveira declarou de forma irregular gastos da campanha de 2016

Seguindo manifestação da Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro (PRE/RJ), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) manteve a cassação do mandato do vereador de Angra dos Reis (RJ) Gedai Sousa. O vereador foi condenado, por unanimidade, por captação ilícita de recursos e despesas ilegais durante a campanha de 2016. Sousa já havia sido condenado pela 116ª Zona Eleitoral, mas recorreu da decisão ao Tribunal.

De acordo com o processo, dos R\$ 45 mil declarados pelo vereador, R\$ 10 mil tiveram origens em fontes desconhecidas. Esse montante

foi depositado na conta de campanha por três doadores, mas as apurações demonstraram que as transferências foram feitas das contas dos doadores à campanha logo após esses doadores receberem depósitos de origem não identificada.

“A conduta do réu foi capaz de influenciar na lisura das eleições, já que parte substancial das receitas de campanha de Gedai Sousa foram obtidas por meio fraudulento”, argumentou o procurador regional eleitoral Sidney Madruga na manifestação acolhida pelo TRE/RJ.



PRE/RJ se posiciona contra a cassação do prefeito de Campos (RJ)

Rafael Diniz (PPS) é acusado de abuso de poder econômico e compra de votos

A Procuradoria Regional Eleitoral no Rio de Janeiro (PRE/RJ) defende que seja mantida a decisão da 99ª Zona Eleitoral, em Campos dos Goytacazes, que absolveu o prefeito da cidade, Rafael Diniz (PPS), a vice, Conceição Sant'Anna, e outros 13 réus das acusações de abuso de poder econômico, compra de votos e abuso dos meios de comunicação nas eleições de 2016. A ação de investigação judicial eleitoral foi movida pela coligação “Frente Popular Progressista de Campos”, que recorreu da decisão ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ).

De acordo com os autos, Diniz teria utilizado matérias jornalísticas para fazer propaganda de sua candidatura ao executivo municipal. Mas para o Ministério Público Eleitoral, os jornais teriam informado de forma objetiva fatos que ocorreram na cidade durante o período eleitoral, não ultrapassando os limites da imparcialidade.

Segundo a PRE, em razão das graves consequên-

cias jurídicas da ação, como a cassação do mandato e a declaração de inelegibilidade, é imprescindível que o processo esteja baseado em um sólido conjunto de provas. “É preciso formar uma segura convicção acerca da ocorrência dos ilícitos, da efetiva responsabilidade e de benefícios auferidos pelos acusados”, argumenta o procurador regional eleitoral Sidney Madruga. “As provas, no entanto, não demonstram os fatos apresentados na ação e não justificam a aplicação das severas penalidades”, defende o procurador.

Demais réus - Coligação “Campos Vai Ser Diferente”, Hebert Sidney Neves, Aluysio Abreu Cardoso Barbosa, Christiano Abreu

Barbosa, Paulo Murillo Faria Dieguez, Luiz Marcelo Faria Dieguez, Ronaldo de Oliveira Grain, Terceira Via Comunicações, Instituto Nuclear e Endocrinologia, Plena Editora Gráfica, Pró-4 Pesquisa e Mídia Ltda e “Bar do Ovo”.



Foto: www.campos.rj.gov.br

Procuradores regionais eleitorais se reúnem para debate sobre as eleições 2018

Financiamento ilícito de campanhas, fake news e participação feminina estão entre os temas

Fotos: Secom/PGJ

Para discutir estratégias de atuação para as eleições de 2018, 26 procuradores regionais eleitorais se reuniram com a procuradora-geral Eleitoral, Raquel Dodge, e o vice, Humberto Jacques de Medeiros, para uma reunião de trabalho em Brasília. O evento foi realizado no último dia 28 no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e também contou com a presença do presidente do TSE, ministro Luiz Fux.

No encontro, Raquel Dodge reforçou a necessidade do combate mais rigoroso à corrupção eleitoral e ao financiamento ilícito de campanhas. Para ela, tais práticas acabam privatizando o Estado brasileiro e são a origem de grandes investigações como a Lava Jato. Outro tópico citado pela PGE foi a baixa representação feminina na política brasileira. O país está na 154ª posição no ranking mundial de participação de mulheres nos parlamentos, perdendo, inclusive, para os Emirados Árabes. Dodge defendeu que não basta que a lei reserve percentual de vagas para candidatas, é necessário garantir que elas tenham recursos suficientes para disputar o pleito eleitoral em igualdade de condições com os homens.

A disseminação de notícias falsas (fake news)

foi outra preocupação externada na reunião. Para o vice-PGE, é necessário a identificação de três elementos simultâneos que caracterizem uma fake news: ser falsa, ter disseminação agressiva e ser artificialmente impulsionada por robôs em ambientes virtuais. Jacques alertou que o termo fake news não deve ser banalizado, pois há casos de pré-candidatos e partidos que estão usando a expressão de maneira indevida, com intenção

de obter vantagens eleitorais ou para censurar a imprensa.

Os procuradores regionais participaram ainda de um Media Training de “comunicação com a sociedade”, ministrado pela Secretaria de Comunicação do MPF. Também foram abordados tópicos como identificação de indícios de irregularidades em prestações de contas, Sisconta Eleitoral e algumas resoluções do TSE.

O procurador regional eleitoral do Rio Janeiro, Sidney Madruga, participou do evento: “Para além da importância em se promover uma aproximação maior da cúpula com os PREs, o evento se destinou a traçar estratégias e diretrizes relevantes para o pleito de 2018”.



Raquel Dodge, Luiz Fux e Humberto Jacques de Medeiros no encontro



26 procuradores regionais compareceram ao evento sobre as eleições 2018